



**Texto para Discussão 017 | 2017**

***Discussion Paper 017 | 2017***

## **Um debate sobre a democracia brasileira: tradição plutocrática e perspectivas de democratização no meio de uma crise de poder e de acumulação**

**Jaime Ernesto Winter Hughes León**

*Doutorando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro Estudante do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (IE/CCJE/UFRJ)*

*Membro do Grupo de Estudos Florestan Fernandes*

*E-mail: [jjaimoleon@hotmail.com](mailto:jjaimoleon@hotmail.com).*

**Maria Mello de Malta**

*Pró-reitora de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro;*

*Coordenadora do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (IE/CCJE/UFRJ)*

*Professora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.*

*E-mail: [mariamalta@yahoo.com.br](mailto:mariamalta@yahoo.com.br).*

This paper can be downloaded without charge from

<http://www.ie.ufrj.br/index.php/index-publicacoes/textos-para-discussao>

# Um debate sobre a democracia brasileira: tradição plutocrática e perspectivas de democratização no meio de uma crise de poder e de acumulação

Julho, 2017

## **Jaime Ernesto Winter Hughes León**

*Doutorando em Ciências Econômicas pelo Universidade Federal do Rio de Janeiro Estudante do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (IE/CCJE/UFRJ)*

*Membro do Grupo de Estudos Florestan Fernandes*

*E-mail: jjaimoleon@hotmail.com.*

## **Maria Mello de Malta**

*Pró-reitora de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro;*

*Coordenadora do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (IE/CCJE/UFRJ)*

*Professora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.*

*E-mail: mariammalta@yahoo.com.br.*

## Resumo

Este artigo analisa criticamente a questão democrática brasileira a fim de contribuir com o entendimento da atual crise política e econômica. Para tanto, privilegia as discussões sobre as perspectivas democráticas no Brasil com a distensão do regime de ditadura civil-militar no fim da década de setenta. É feito o resgate das interpretações de Fernandes (1975) e de Coutinho (1979) sobre a problemática da tradição democrática no Brasil e suas imbricações com as relações de classe, políticas e econômicas, no interior do Estado brasileiro. A hipótese de trabalho é que a "Nova República" se esgotou, resultado de um movimento global de ascensão do autoritarismo no contexto de crise estrutural do capitalismo que vem sinalizando a possibilidade de uma nova forma de dominação autoritária ainda compatível com a tradição plutocrática brasileira. Como no regime de 1964, o Estado desta iminente forma de autoritarismo concilia o padrão de dominação de classe burguês via um consenso de transformação capitalista que comporta disputas internas entre frações da classe dominante e que é orientado pelos negócios. Porém, este Estado tem uma marca distinta daquele ao pretender a manutenção não-harmônica de "instituições democráticas" pela via do Poder Judiciário como substância do capital. Este trabalho se trata de um resgate da teoria marxista de Estado e da história do pensamento marxista no Brasil.

Palavras-chave: democracia; Estado; classes; neoliberalismo; autoritarismo

## Abstract

This paper analyses the Brazilian democratic issue in order to contribute with the understanding of the current economic and political crises. Thus, the paper focuses on the discussions about the democratic perspectives in Brazil with the distension of the civil-military dictatorship in the late seventies. Fernandes` (1975) and Coutinho`s (1979) interpretations of the democratic tradition in Brazil and the relations of classes, political and economic, within the Brazilian State are taken into consideration. The hypothesis of the paper is that the "New Republic" is worn out as a result of the global movement of rising authoritarianism in a context of a structural crises of capitalism which indicates the possibility of a new form of authoritarian domination still compatible with the Brazilian plutocratic tradition. Just like the regime of 1964, the State of this form of authoritarianism patches the bourgeois` domination pattern up throughout a consensus of capitalist transformation guided by business. However, this State has a distinctive mark in pretending the non-harmonic maintenance of "democratic institutions" through the Judiciary Power. This paper addresses a recovery of the marxist theory of State and of the history of Brazilian marxist thought.

**Key-words: democracy; State; neoliberalism; authoritarianism**

# 1 Introdução

A forma política da atual fase do capitalismo, o neoliberalismo, é a democracia liberal. Conforme Hobsbawm (2011), a predominância atual desta forma de manifestação da democracia remonta ao fim da disputa ideológica e hegemônica entre E.U.A. e U.R.S.S. durante a Guerra Fria. Com a vitória estadunidense a democracia liberal - fundada nos princípios de representatividade; da soberania dos Estados nacionais; da garantia das liberdades civis e políticas e de eleições periódicas decididas por maiorias numéricas - despontou diante de regimes políticos diferentes como a "única" alternativa de organização política democrática, classificando os outros como "não-democráticos". Embora haja debate sobre a restauração neoliberal e acerca das perspectivas para a periferia do capitalismo contemporâneo, o fato é que esta modalidade de gerenciamento das relações de classe está em crise expressa na alienação política, na erosão das liberdades civis e na emergência do autoritarismo no mundo capitalista (Ayers & Saad-Filho, 2014).

No centro do sistema, a eleição de Donald Trump nos E.U.A. em 2016 e a possibilidade de candidatos de extrema direita serem eleitos na Europa ocidental num futuro iminente são exemplos deste processo. Tal movimento também se alastra à periferia. Houve o fim da chamada "onda rosa" na América Latina da primeira década do século XXI, governos classificados como "progressistas" foram substituídos por governos declaradamente conservadores. No caso brasileiro em particular, a ascensão do impopular governo de Michel Temer, via o *impeachment* da presidenta anterior, é a consolidação e expressão deste processo<sup>1</sup>. Conforme

---

<sup>1</sup> É importante frisar que a ascensão de Temer representa uma continuação da política econômica neoliberal de Dilma Rousseff. No máximo, a diferença entre ambos governos seria uma intensificação do arrocho sobre os trabalhadores, sobre o sistema de seguridade social (com a substituição dos serviços pela iniciativa privada) e sobre a austeridade da política fiscal. A marca que o define como um governo autoritário, e deste ponto de vista distinto aos de Dilma e de Lula, são as restrições às liberdades-civis e à Constituição. configurando um retorno ao autoritarismo com uma política econômica orientada pelos interesses de classe burgueses brasileiros, os quais são comandados pela dependência do capital internacional (Sampaio Jr., 1999; Singer, 2015; Pinto *et alli*, 2017).

Boulos (2017), o governo Temer assumiu o poder com a seguinte proposta de políticas: a flexibilização das relações trabalhistas; a Emenda Constitucional com um teto para os gastos públicos e a reforma da previdência social. As acusações de não respeitar as regras democráticas e os direitos adquiridos pelos trabalhadores ao longo de décadas de luta e de propor medidas antissociais são relevantes para qualquer perspectiva de democracia no país e têm reflexos sérios nas sociedades civil e política brasileiras.

Este artigo visa realizar um debate sobre a questão democrática no Brasil. Seu ponto de partida é a discussão, com destaque para a abordagem marxista, sobre o que é a democracia e, em termos de classes sociais, para quem ela serve na sua forma contemporânea. Para isso, serão expostas a tradição plutocrática de democracia brasileira e as perspectivas que estavam na ordem do dia no período de abertura do regime autoritário instaurado em 1964. Tal questão será balizada pela análise das obras de Florestan Fernandes e de Carlos Nelson Coutinho, dois intérpretes do Brasil que privilegiaram a perspectiva política de análise crítica da sociedade no contexto histórico da transição do regime nascido em 1964 para a "Nova República".

Ao expor o debate em torno do tipo de democracia existente no país e suas perspectivas no capitalismo brasileiro dependente, o artigo chega à discussão sobre as estratégias adotadas pelo principal partido, em termos de defesa da causa trabalhadora, da cena política brasileira das últimas três décadas: o Partido dos Trabalhadores (PT). Apesar de sua evolução trazer semelhanças interessantes com os traços marcantes do ciclo político do Partido Comunista do Brasil (PCB), interessa mais destacar as diferenças dos ciclos políticos de ambos os partidos: Enquanto instrumento de luta pela democracia de massas no país, como meio para a construção da consciência dos trabalhadores do conceito de "classe para si" (de classe como sujeito histórico da emancipação trabalhadora e associado a uma determinada estratégia de ação), o PT se aproximou do PCB (Neves, 2016). Porém deve-se levar em conta o período histórico totalmente distinto destes ciclos, o que condicionou as suas diferenças<sup>2</sup>. O trabalho aponta os fatos que afastaram o PT de

---

<sup>2</sup> Vale destacar que o PT surgiu como fruto de um movimento histórico singular na história do Brasil, o surgimento da classe operária como classe em si, de forma independente à classe capitalista, no movimento grevista do ABC paulista de 1978. Enquanto o PCB surgiu em 1922 como reflexo da III

suas premissas fundantes e que ajudam a explicar como, num contexto internacional de retomada do pragmatismo econômico e de ascensão do autoritarismo, o Brasil se encontra hoje numa tríplice crise (Pinto *et alli*, 2017) de acumulação de capital; da cena política; e da relação entre bloco no poder e Estado, a qual, no limite, está reinstaurando bases autoritárias no Brasil (Iasi, 2016).

A hipótese de trabalho é que há uma nova forma de autoritarismo no Brasil advinda da manifestação da atual fase do neoliberalismo, que se diferencia do regime de 1964 por comportar uma disputa entre classes e frações de classe burguesas, internas e externas, que não estão harmonizadas no interior do Estado em relação aos rumos da liderança política para o país. Isto explica o impedimento de Dilma ter se dado de forma oportunista e desorganizada pelo partido do então vice-presidente (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), porém estas mesmas classes e frações de classe ainda estão concertadas em torno de um padrão de dominação burguês consolidado como "plutocracia" e que necessita da polarização crescente da luta de classes. Este padrão de dominação gerou uma crise de acumulação e de poder sem precedentes que pôs em xeque a forma de democracia de cooptação, exercida plenamente pelo PT assim que subiu ao poder. Já em 2013, nas manifestações conhecidas como "jornadas de 2013", esta forma de dominação sofreu uma inflexão importante para a cena política e foi agravada pela inflexão econômica com a crise internacional chegando ao Brasil e os ajustes econômicos do governo Dilma Rousseff, causa principal de sua queda.

O reforçamento da democracia de cooptação, possibilidade anunciada em Fernandes (1975), através da incorporação de parcela significativa dos "condenados do sistema" ao consumo de massas financeirizado<sup>3</sup> foi a opção seguida pelo PT na primeira década de 2000 para conciliar interesses burgueses com a base social histórica do partido: os trabalhadores. Assim foi construído e articulado, durante o governo de Lula, um grande acordo entre classes e frações de classe que se prolongou aos governos de Dilma Rousseff e reproduziu a dominação burguesa (Singer, 2015). A marca distintiva do governo de Dilma teria sido um certo

---

Internacional Comunista, sendo influenciado pelos impactos da Revolução Russa de Outubro de 1917 (Bandeira *et alli*, 1967).

<sup>3</sup> Para mais sobre a dinâmica das relações políticas e econômicas no interior do Estado, sob a dominância do movimento de financeirização, ver Filho & Paulani (2011).

"weberianismo tacanho" de achar que poderia interferir politicamente nos acordos políticos de classe, sem alterar os interesses econômicos estabelecidos. Nas avaliações de Singer (2015) e de Pinto *et alli* (2017), Dilma achou que o poder emanava do Executivo autonomizado das outras esferas de poder e que era independente das relações econômicas e políticas entre as heterogêneas classes e frações de classe no interior do Estado e pagou um alto preço político: seu *impeachment*. Contudo, seu afastamento logo demonstrou para as classes dominantes que o governo de Temer, embora tenha avançado grande parte das reformas pretendidas, era também débil em termos de apoio popular e parlamentar e não pode entregar estabilidade. Pode-se afirmar que as frações dominantes assumiram o risco de um "salto no escuro", pois sabiam que o *status quo* não estava em contestação.

A ascensão de Michel Temer foi uma manobra das burguesias dominantes de tentar restaurar e garantir os privilégios particularistas da classe burguesa. Num verdadeiro jogo político, que traz a mente as disputas descritas em "O dezoito Brumário" de Marx (1852), as diversas classes e frações burguesas se uniram compositamente para afastar Dilma; porém como é comum ao capitalismo estes interesses são heterogêneos e, logo após o impedimento, foi desencadeada uma "guerra fratricida" entre os diversos segmentos burgueses: imprensa, sistema jurídico (Procuradoria Geral da União, Supremo Tribunal Federal, Parlamento), classe média e classes dominantes (Pinto *et alli*, 2017). Neste contexto a discussão da democracia volta à ordem do dia como tema eminente, principalmente porque estes conflitos incidem diretamente sobre a massa da população.

Para dar coerência, em termos metodológicos, à interpretação proposta neste artigo, foi necessário sincronizar três pontos básicos: i) o que está acontecendo no Brasil e no mundo com o capitalismo em termos político, econômico e social; ii) qual o conceito de Estado utilizado e iii) o que define a burguesia brasileira. Não se pretendeu resolvê-los em todas as controvérsias que o envolvem, mas de alinhá-los para uma reflexão coesa.

Uma análise de teoria política descolada da análise de economia política não é capaz de responder estes pontos e seria uma discussão de política estéril (Heinrich, 2007). Portanto o cerne de orientação metodológica foi como a História explica a

relação entre a estrutura (base material da vida, relações sociais de produção e forças produtivas) e a superestrutura (consciência social, aparato jurídico e organismo político) do modo-de-produção capitalista no Brasil.

Em relação ao primeiro ponto, o artigo se propõe a analisar o neoliberalismo, num momento de crise estrutural do capital e sua manifestação política de democracia liberal, pois são nas contradições do capital com o trabalho que se encontram a resposta para a crise estrutural do capitalismo e as novas soluções que o capital encontra para si e as possibilidades abertas ao trabalho (Mészáros, 2005).

Em relação ao Estado, apesar de ser um lugar onde se manifestam os diferentes interesses econômicos e políticos de classe, é, em última instância, um instrumento de dominação de classe. Ele pode comportar disputas intestinas entre as diversas classes que o compõem, mas seu caráter de classe é bem definido. Aqui é importante frisar, conforme Heinrich (2007), que o uso de uma "sociologia do poder" tal como as derivações de Lenin, de Gramsci e de Poulantzas é insuficiente para a análise do Estado, é necessária também a crítica da Economia Política que busca na teoria do valor as determinações ocultas do Estado. A especificidade brasileira seria sua formação social colonial, sendo que, no campo econômico-social, o estatuto da escravidão exerce direta e indiretamente influência central na determinação do padrão tradicional de vida da maioria da população e, no campo político, o oligarquismo das classes dominantes mantém as classes subalternas alijadas do poder, numa espécie de circuito fechado à plena participação popular (Fernandes, 1981a).

Por último, em relação à burguesia brasileira, o artigo segue a linha de Prado Jr. (1966), de Fernandes (1975) e de Fontes (2010) de que nossas classes dominantes, resultado do capitalismo dependente, compõem uma classe orientada pelos negócios, com uma mentalidade de curto prazo para a valorização de suas riquezas. Além disso, não têm um caráter nacional, mas sim são umbilicalmente associadas ao volátil capital internacional de forma subordinada. Refuta-se, as visões de uma suposta "burguesia interna" brasileira, pois isto dá margem para interpretações equivocadas de que há uma burguesia dentro do Brasil dissociada da externa. Tampouco se faz a distinção entre burguesia produtiva e burguesia financeira, pois na era do capitalismo monopolista financeiro elas são indissociáveis.

Além desta introdução, este artigo conta com outras seis seções. A segunda é referente à discussão sobre o conceito de democracia e para quem, em termos de classes sociais, ela serve; a terceira é sobre a específica tradição democrática brasileira; a quarta trata do consenso burguês de dominação e transformação capitalista no período da ditadura civil-militar iniciado em 1964 na interpretação de Fernandes (1975); a quinta analisa o desmonte deste consenso e as perspectivas postas à democracia no Brasil no fim daquele regime; a sexta traz a discussão sobre democracia e revolução presente em Coutinho (1979); por fim, na sétima, há ponderações sobre a democracia no ciclo do PT e as conclusões.

## 2 Democracia e Estado como pilares das classes dominantes

Desde o fim da Guerra Fria, os países capitalistas hegemônicos defendem as bandeiras de democracia e de liberdade como se fossem conceitos de inquestionável consenso sobre seu conteúdo qualitativo positivo. Não são, há disputa ao redor deles. É necessário frisar que a democracia de que tratam é a democracia liberal construída a partir das revoluções liberais inglesa, estadunidense e francesa a partir do fim do século XVII. Por ser um conceito que pode assumir distintas formas ao longo do tempo em formações sociais distintas, a democracia pode ser defendida por distintas correntes de pensamento e ideologias (Hobsbawm, 2011; Malta, 2008; Ayers & Saad-Filho, 2015).

Liberais e socialistas reivindicam a democracia e a liberdade como princípios norteadores de suas visões de mundo, suas ideologias. Conforme a reflexão de Marx & Engels (1846) as ciências sociais, incluindo a economia política e a teoria política, não são neutras. Elas assumem um caráter político específico em cada formação social sob o comando das ideias das classes dominantes. Como o período de consolidação do neoliberalismo foi o de subjulgamento de alternativas aos princípios liberais de individualismo, o "fim da História", a democracia e a liberdade liberais puderam se perpetuar a partir de então como a opção hegemônica.

Segundo Bobbio (1988), a democracia liberal tem seu limite máximo no formalismo do ativismo político com o direito ao voto universal masculino e feminino, que teoricamente passaria a mensagem de que cada pessoa participa da vida política de uma sociedade ao poder exercer o direito de eleger um parlamento que a represente. Em teoria, as pessoas teriam igualdade de ativismo político. Há de se fazer uma análise deste formalismo.

Segundo a crítica marxista, hoje vive-se a democracia liberal, fundada na formalidade da igualdade e da liberdade liberais, que tem como pressuposto um princípio metodologicamente equivocado: a naturalização dos momentos da totalidade "produção, distribuição, troca e consumo" (Malta, 2008). Ao formularem o método materialista-histórico, Marx & Engels (1846) refutam esta naturalidade das relações sociais de produção e apontam que os indivíduos não são iguais, nem formalmente tampouco concretamente, pois desde que existe a propriedade privada

e a garantia de existência deste tipo de instituição, as possibilidades de igualdade são eliminadas. Este fato tem implicações na vida econômica, política e social, logo, também reflete determinações no interior do Estado. Assim, a crítica da economia política marxista é importante para a crítica da teoria política.

Simplificadamente, para o marxismo, existem os proprietários dos meios de produção, os capitalistas, e os despossuídos/expropriados, aqueles que só podem contar com a venda da sua força de trabalho como fonte de subsistência. Assim, o pressuposto de igualdade da democracia liberal já é eliminado, pois a liberdade na qual ele é fundado, a liberdade individual privada, é falsa. A subsunção formal do trabalho ao capital, dada pela existência da propriedade privada, e a posterior subsunção real, dada pelo desenvolvimento das forças produtivas e a geração de mais-valor relativo, transformam a liberdade do indivíduo em dependência social (Malta, 2008).

Destarte, para os autores marxistas, a noção de liberdade individual advogada pelo liberalismo é de uma liberdade limitada, pois é mediada pelas trocas. Isto porque a democracia liberal pressupõe a existência de diferença social. Retomando e interpretando a epígrafe deste artigo, todos os homens são iguais, mas alguns homens (os proprietários dos meios de produção) são mais iguais que outros e estabelecem relações assimétricas de poder no interior do Estado: a relação entre dominantes e dominados, como afirmaria Gramsci (1934).

De acordo com Bobbio (1988), a democracia socialista (ou proletária) se opõe à democracia liberal (ou burguesa) por, ao invés de propor uma democracia representativa, advogar uma democracia direta de todo o povo sem representantes e com delegados cujos mandatos estão sujeitos à revogação. Ademais, ao contrário da democracia liberal, a democracia socialista prevê participação popular, além do voto universal, na tomada de decisões econômicas. Assim, o objetivo final da democracia socialista, soberania popular com igualdade entre os homens, seria atingido por meio de uma melhor distribuição da riqueza social e superaria a aparência de igualdade formal entre os homens, baseada no mero direito ao voto. Na democracia liberal a igualdade dos indivíduos seria um consequência da livre tomada de decisões individuais em todos os campos da vida social, enquanto na democracia socialista a igualdade entre os indivíduos, adquirida com o fim da

propriedade privada dos meios de produção e exploração de um homem por outro, é pressuposto para a liberdade. A democracia socialista implica a plena participação popular em todos os espaços de sociabilidade humana.

Conforme Ayers & Saad-Filho (2015), as próprias condições que tornam a democracia liberal do neoliberalismo possível geram contradições em diversas áreas da vida social que impedem a plena realização da democracia enquanto soberania popular. Por exemplo, a democratização política liberal promove partidos políticos, organizações de comércio e grupos de interesse com interesses de horizontes limitados, por não terem um projeto de sociedade além de seus próprios interesses particularistas. Já o sistema jurídico, malgrado sua formal independência, é estabelecido para garantir a previsibilidade das "regras do jogo" democrático, porém não esconde um viés conservador orientado pelas ideias e interesses das classes dominantes.

Para a perspectiva marxista, o formalismo da democracia liberal é uma escamoteação por nunca ter permitido a efetiva participação de cada membro da sociedade civil na vida política no interior do Estado. Tal fato já tinha sido explicitado por Marx (1852) e seria melhor elaborado nas elaborações de teoria política de Gramsci (1934) e de Poulantzas (1978) com a discussão sobre classes, frações de classe, Estado e bloco no poder.

Em linhas gerais, para Poulantzas (1978) o Estado é o lugar onde se dão as diversas disputas políticas de classes e frações de classe, incluindo dominantes e dominados, em torno de interesses de classe específicos, os quais têm sua base material definidas, no limite, por interesses econômicos de classe mas que com os interesses políticos interagem de forma simultânea numa relação dialética de determinação. Ademais, em cada formação social histórica há um determinado grupo, orbitando interesses de classe comuns, que se apresenta como hegemônico perante as outras classes e frações de classe que conformam um "bloco no poder" no interior do Estado, orientando a dinâmica política e econômica de determinada sociedade em um momento dado do tempo. Vale lembrar que as formas de dominação se dão, no geral, por meio da coerção e do consenso, sendo este último construído no "chão da fábrica", nas relações cotidianas de produção de forma educativa e via os aparelhos hegemônicos privados e hegemônicos de Estado (Gramsci, 1934).

Para Poulantzas (1978), o Estado, garantidor e organizador da acumulação capitalista, é definido como um processo e, importante, o "poder de Estado" difere de "poder de classe". Para ele, por mais que em determinadas conjunturas haja um determinado grupo com hegemonia ao bloco no poder, não se pode confundir, por exemplo, o Estado com um mero "comitê da burguesia". É necessário levar em consideração que no interior do Estado as diversas frações burguesas estão em permanente disputa. O que se pode passar é que em determinados momentos, como os de crise econômica e política burguesa, o Estado possa ser controlado a partir dos interesses da classe dominante reunida - mesmo que heterogeneamente - com vistas à manutenção do *status quo* de dominação (Sawaya, 2016; Pinto *et alli*, 2017).

Mais, o Estado pode ganhar certa "autonomia relativa" na medida em que o poder seja efetivamente exercido nos "centros de poder de Estado" formados por aparelhos, instâncias e órgãos de tomadas de decisão sem subordinação burocrática direta às frações de classe dominante<sup>4</sup>. É crucial apontar, porém, que esta autonomia é relativa, pois não está dissociada do poder da classe dominante, mas sim por estes centro de poder terem a possibilidade de decisão própria dada a sua posição na luta política de classes. Esta visão é, de certa forma, a assumida por Coutinho (2011).

Já para Fernandes (1975), o Estado tem um caráter de classe bem definido: é dominado pelas classes dominantes em favor do interesses delas mesmas. No caso das economias do "capitalismo dependente", o Estado comporta a disputa entre as diversas classes e frações de classe a depender do estado das lutas de classes. Se estas estiverem como uma "guerra civil oculta", com manifestações de dentro da ordem e com a concessão de alguns benefícios para as classes médias e para as classes desprivilegiadas, o Estado terá uma aparência democrática. Se as lutas de classe estiverem como uma "guerra civil aberta", com contestação da ordem a partir de fora, o Estado assume uma posição autoritária e repressora.

Em busca da especificidade brasileira, será analisado como a democracia liberal se desenrolou no interior do Estado, entendido sob a relação entre a sociedade civil e a sociedade política como uma totalidade dialética entre coerção e consenso, num

---

<sup>4</sup> Hoje, os centros de poder de Estado se encontrariam no Banco Central, no Supremo Tribunal Federal e, em especial na operação anti-corrupção da Lava Jato comandada pela "República do Paraná", segundo Pinto *et alli* (2017).

país de tendência autocrática de "via prussiana" única como o Brasil com o fim do período de repressão civil-militar iniciado em 1964 e terminado, formalmente, em 1985.

### 3 A tradição democrática brasileira

Para se fazer uma avaliação da democracia como ela existe no Brasil e suas perspectivas, é interessante considerar sua forma de existência na América Latina<sup>5</sup> como corolário das revoluções burguesas postas em curso com os movimentos de independência nacional, conforme alertou Ianni (1988). Para o sociólogo, todos os países da região já tiveram suas revoluções burguesas, porém sem consolidar a democracia para as massas. Mais precisamente há a existência de uma tradição de "democracia restrita" ou democracia para poucos (plutocracia) em função de valores conservadores, caudilhescos, patrimonialistas, oligárquicos, particularistas e autoritários que são reproduzidos ao longo do tempo pelas classes e frações de classe dominantes.

Tais valores foram instaurados e reproduzidos nas ordens sociais denominadas por Fernandes (1968) de colonial e a sua sucedânea neocolonial. Nestas épocas, por

---

<sup>5</sup> Poder-se-ia fazer uma interpretação da tradição autoritária brasileira como em Sérgio Buarque de Holanda em "Raízes do Brasil" (1936), que através de uma análise não materialista da história, busca aquilo que diferencia o brasileiro, em particular, e o latino-americano, em geral, de suas raízes ibéricas, a fim de apontar os traços fundantes da tradição democrática latino-americana. Dado o período em que escreveu, Holanda (1936) está analisando a democracia na região sob este prisma de algo novo nas sociedades de classe incipientes de origem ibéricas.

Para ele, no caso brasileiro a democracia no Brasil é um "lamentável mal-entendido", pois as classes dominantes (burguesas) brasileiras, rebentas das oligarquias rurais do período neocolonial, distorceram os princípios e valores das lutas burguesas europeias pela democracia liberal, adaptando-a de forma a manter seus privilégios em terras americanas. Criaram uma caricatura de democracia burguesa imposta de "cima para baixo", dos dominantes para os dominados. As transformações vistas no Brasil aliás se davam pelos intelectuais e por motivos sentimentais do "homem cordial", movido pelos motivos do coração, atingindo a massa do povo despreparada para tais mudanças.

É importante ressaltar que Holanda escrevia num período de ascensão do fascismo na Europa como crítica ao liberalismo parlamentarista e que ele próprio escrevia da Alemanha. Portanto sua tentativa era de denunciar as tendências fascistas e autoritárias da manifestação de sua forma no Brasil, o integralismo, e de apontar mudanças bruscas na sociedade brasileira que não coincidentemente tiveram a emergência de um Estado autoritário (Estado-Novo em 1937) apenas um ano após a publicação de Raízes do Brasil.

Caudilhismo e liberalismo são postos como antítese em Holanda (1936) e sua superação seria condição necessária para a concretização de "nossa revolução" proposta por Sérgio Buarque, aquela que acabaria com os traços coloniais e patriarcais em nossa sociedade. De um lado, o personalismo caudilhesco seria a base da nossa vida social. O oligarquismo seria a manifestação no tempo e no espaço daquele personalismo que foi capaz de dar a aparência de estabilidade política aparente em distintos momentos-chave de nossa história.

definição, o conceito de nação não se aplicava ao Brasil, pois o país não passava de mera colônia da metrópole portuguesa. Com a emergência da ordem social competitiva, típica da sociedade de classes, nos começos do século XX e as revoluções burguesas da região, a variável de sociedade burguesa latino-americana surgiu mantendo as antigas oligarquias das ordens sociais precedentes aliadas às classes dominantes burguesas do capitalismo dependente. O ápice da tradição de contrarrevoluções preventivas teria sido, segundo Fernandes (1975), a concretização da revolução burguesa dependente na ordem social monopolista na era do imperialismo total com as ditaduras civis-militares que se difundiram em toda região. Vale lembrar que os regimes autoritários latino-americanos foram contemporâneos do acirramento da Guerra Fria, da experiência de Cuba e tiveram apoio estadunidense (Hobsbawm, 2011; Netto, 2014).

Para Fernandes (1975), a definição de revolução burguesa na periferia seria: "um fenômeno essencialmente político, de criação, consolidação e preservação de estruturas de poder predominantemente políticas, submetidas ao controle da burguesia ou por ela controláveis em qualquer circunstâncias" (FERNANDES, 1975: 343), por isso não se pode falar de revolução burguesa frustrada no Brasil. De fato, a revolução burguesa foi completa em toda a América Latina com o estabelecimento de contrarrevoluções com o controle das estruturas de poder garantido às burguesias latino-americanas (Ianni, 1988). Vale lembrar que, no Brasil, a Revolução Burguesa se consolida com a crise da República Velha e ascensão conciliadora de Vargas em 1930.

Octávio Ianni aponta as conexões das revoluções burguesas latino-americanas, as quais combinaram a aceleração do processo econômico com a intensificação dos problemas sociais, políticos e culturais, com a emergência de um Estado forte, autoritário e bastante vinculado com os interesses internacionais. Surge daí uma cultura política autoritária marcada pelo conservadorismo expressos nos lemas de "ordem e progresso"; "segurança e desenvolvimento", "paz social" e pelo elevado número de golpes e tentativas de golpes de Estado e cartas constitucionais dos países da região. Seria também característico desta cultura autoritária a afirmativa de que as mudanças propostas com o Estado autoritário estão cerceadas de legalidade ou de razões que as justificam e são sempre em prol do conceito de democracia liberal, forma política que serve às classes dominantes. Por fim, esta

tradição é caracterizada pela transformação da questão social em questão de polícia, pois os movimentos dos setores populares da sociedade civil, por serem débeis e desorganizados, são postos como subversivos e perigosos à ordem estabelecida e resolvidos pela força da violência institucionalizada.

Portanto, a constatação sobre a tradição democrática brasileira é inequívoca: o país tem uma tradição democrática bem delineada de autoritarismo e plutocracismo, típica do capitalismo dependente latino-americano<sup>6</sup>. Pode parecer paradoxal a afirmação de uma democracia autoritária, mas, a democracia assume diversas formas em contextos distintos (Bobbio, 1988). A qualificação mais adequada para explicar como se deu o consenso burguês de dominação de classe e transformação capitalista seria a de democracia restrita, tal como cunhou Fernandes (1975).

---

<sup>6</sup> Não obstante a generalidade da questão democrática na América Latina, a especificidade brasileira estaria na forma em que a dupla articulação e a segregação social gravitariam em torno do estatuto da escravidão como dínamo social e econômico uma vez que este é ditado pelo "sentido dos negócios" e, nos marcos do capitalismo dependente, necessita de um exército de mão-de-obra disponível para a valorização do capital sob baixa remuneração e alta exploração. A permanência da questão por resolver do negro e de seus descendentes, segundo Fernandes (1981a), seria chave para se afirmar se o Brasil é ou não é um país democrático. Para o sociólogo, o negro e seus descendentes são a base da exploração econômica brasileira desde os tempos coloniais, mas deve-se lembrar, como alertou o autor, que não obstante a questão racial seja central para se pensar a democracia no país, é na causa proletária que se encontra a unidade de interesses dos explorados no Brasil.

## 4 Consenso burguês de dominação burguesa e de transformação capitalista

O cerne da explicação da unidade entre autoritarismo e democracia no Brasil estaria na forma como as burguesias brasileiras e as suas frações de classe encontraram para solucionar o período de crise burguesa na ordem social monopolista e de imperialismo total durante os anos sessenta (Fernandes, 1975).

A relação entre dominação burguesa e transformação capitalista assumiu uma forma idiossincrática, pois ela é sempre variável, instável e mutante. De um lado, as heterogêneas classes e frações de classe burguesas se encontravam pressionadas "de fora" pelas burguesias dos países hegemônicos centrais e suas transnacionais. Por outro, a instabilidade interna gerava pressões sociais e políticas "de dentro", que embora não estivessem organizadas politicamente para realizar uma "revolução democrática", eram potencialmente pré-revolucionárias e por isso traziam medo às burguesias.

Como formulou o sociólogo, a solução burguesa para sua própria crise foi a de se reunir compositamente, como se fosse uma colcha de retalhos. As classes e frações de classe burguesas ficariam unidas por uma solidariedade assentada na defesa de seu interesse comum: sua manutenção como classe dominante. Portanto, as burguesias e frações de classe burguesas, no contexto do capitalismo dependente marcado pela segregação social interna e dependência externa, fizeram uma opção crucial que varreu qualquer possibilidade de solução desta dupla articulação, senão a intensificou. Por um lado, se uniram ao "aliado principal" - o capital internacional - para se reproduzirem enquanto classe; para se inserir ao espaço econômico mundial mais amplamente; e para tomarem o controle de um Estado viabilizador de logros que estavam além da esfera privada de ação burguesa. Por outro, puderam agir de forma aberta, opressora e repressora contra seu "inimigo principal" - as classes populares -. Este era o chamado "consenso burguês".

Tal acordo era dotado de uma racionalidade própria de unificação e centralização do poder destas classes e frações de classe com a transferência da arena econômica de dominação para a arena puramente política. Destarte estaria garantida a continuidade da dominação burguesa opressora, única saída viável para as burguesias e suas frações de classe no capitalismo dependente.

É claro que tal solução só foi possível num contexto de ápice da Guerra Fria, no qual a defesa da ordem capitalista figurava como cerne das políticas em todo continente. As ideias dominantes do centro eram as das classes dominantes do país hegemônico da ordem mundial e eram importadas mimeticamente pelas classes dos países dominantes da periferia. Não é à toa que valores abstratos tais como "solidariedade do hemisfério" ou "defesa da civilização cristã ocidental" foram defendidos se sobrepondo até mesmo aos interesses de cada país em particular como Nação, como o conjunto da maioria do povo. Se tratava da submissão de interesses nacionais e, logo, da democracia como algo libertador (Fernandes, 1975; Netto, 2014).

O buslís da interpretação de Fernandes para este trabalho é o seguinte: ao assumirem tal postura reacionária, as burguesias e frações de classe burguesas brasileiras abandonaram, por não precisarem, as ideologia e utopia burguesas tal como estabelecidas nos casos clássicos de revolução democrático-burguesa inglês, francês e estadunidense uma vez que se formaram num período histórico e numa realidade social distintas. Elas optaram por uma solução que reforçou o caráter de democracia restrita instaurando duas revoluções antagônicas na sociedade brasileira: uma de "aceleração do tempo histórico" que promoveu a modernização da economia, indispensável para a legitimação de sua dominação; outra de caráter contrarrevolucionário, pois tornou permanente as contradições econômicas, sociais, culturais e políticas no interior da sociedade burguesa através de uma "ditadura de classe preventiva". Em linhas gerais, a formação da Nação em moldes democrático, nacional ou popular foi tirada da ordem do dia pelas burguesas dependentes.

A dominação burguesa se manifestava então nos seus traços mais elementares e irredutíveis. Na defesa de seus interesses materiais privados e políticos particularistas, as classes dominantes assumiram sem medo formas autocráticas de autodefesa e de autoprivilegiamento. "O 'nacionalismo burguês' enceta assim um último giro, fundindo a república parlamentar com o fascismo" (FERNANDES, 1975: 345).

De forma complexa, a dominação burguesa ainda foi camuflada aparentando ser coincidente com os interesses da nação (maioria do povo). Houve uma clara separação entre "sociedade civil e Nação" e uma nítida identificação de "classe

burguesa com a Nação". O eixo de gravitação da relação política entre as classes dominantes, os interesses nacionais e a estabilidade político-econômica foi deslocado para o interior das classes burguesas e de seu controle sobre toda a sociedade.

Todo este padrão de dominação e de transformação capitalista burgueses teria um alto preço para as classes e frações de classe burguesas. Ao se fecharem em si mesmas de forma agressiva e autoritária, diminuíram seu raio de ação e afastaram qualquer diálogo possível com as demais classes. Funcionalmente, lidaram até com as manifestações de dentro da ordem, o chamado "radicalismo burguês", como se fossem manifestações contra a ordem e portanto reagiram de forma repressora com reivindicações que vinham a partir de dentro da ordem burguesa e não visavam a mudança radical da ordem vigente. Assim, a ordem social "competitiva" burguesa assumiu a única forma possível no capitalismo dependente: aberta somente para os mais iguais, para os que se inseriam positivamente na ordem como classes possuidoras. E o fazia sob a condição de explorar as classes despossuídas e os semi-integrados à ordem.

Como já destacado, o problema com que se defrontaram as burguesias brasileiras era um problema da ordem e não de democracia. Era o desafio de como instaurar uma "oligarquia coletiva das classes possuidoras" que estava posto para elas, procuravam como prolongar seu *status* de classes historicamente dominantes na sociedade brasileira. E a solução foi implantar uma autocracia aberta, opressora e repressora que unificasse e centralizasse o poder burguês na figura de um Estado forte e núcleo de poder burguês. Historicamente encontra-se no colapso do populismo que precedeu a cristalização do poder burguês, principalmente com Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, o fracasso do radicalismo burguês e uma das condições de cristalização do poder autoritário.

Florestan Fernandes elucidou como a intensificação da dominação burguesa, fez com que aumentasse a impregnação militar e da tecnocracia no Estado como processos de preservação e consolidação da ordem, inclusive com demonstrações excessivas de força bruta. O Estado além de policial-militar, era jurídico e político e tinha como principal função eliminar a necessidade de articulação política entre as classes, pois ele mesmo determinava a ordem que deveria ser respeitada: a ordem

burguesa. O Estado virou portanto uma superentidade política que centralizava os controles de dominação política, jurídica e promovia a aceleração econômica da sociedade.

Segundo Fernandes (1975), o Estado nacional virou um Estado nacional sincrético, pois na aparência ainda defendia a ordem como se fosse democrático, representativo e pluralista, mas na realidade era um verdadeiro instrumento de oligarquias autoritárias permeado de contradições. Esta era a única possibilidade num capitalismo dependente que passara por profunda crise.

## 5 O desmanche do consenso e a possibilidade de democracia de cooptação

A própria opção pelo consenso burguês continha as sementes de sua destruição, ou pelo menos de seu debilitamento. Fernandes (1975) apontou que, definitivamente, a plutocracia compósita burguesa autoritária e repressiva seria transitória. Muito embora este acordo tenha dado às classes burguesas a possibilidade de gerir abertamente novas formas da luta de classes com um Estado autocrático, não lhe deu autonomia "para fora" e limitou o próprio horizonte interno de solidariedade entre a burguesia e as demais classes. Os setores dominantes não tinham base material para realizar o autodesenvolvimento do Brasil e enxergavam as classes despossuídas como meros "inimigos irreconciliáveis" ou setores sociais que deviam ser tutelados. Enfim, a opção pelo consenso foi também a opção de entrar numa circularidade viciosa que só fazia aumentar a dupla articulação entre segregação social interna e dependência externa e impedia ideais realmente revolucionários de autodeterminação.

De acordo com Fernandes (1975), uma vez consolidada a democracia restrita autocrática do consenso burguês, surgiu com o milagre econômico, a forma de democracia de cooptação. Os heterogêneos interesses burgueses que haviam sido temporariamente abrandados pela união compósita de classe, guiados pela solidariedade de classe, poderiam voltar à cena política implicando a inevitável corrupção do sistema de poder. A cooptação ou agregação sistemática e generalizada de interesses brasileiros e estrangeiros burgueses serviu de elo facilitador para o autoprivilegiamento dos "mais iguais". Não é um autoprivilegiamento somente das classes "altas", senão também das frações médias que puderam usufruir do aparato estatal, tecnocrático e militar. Enfim, os interesses dominantes se impuseram ilimitadamente de "cima para baixo" conformando um verdadeiro "paraíso burguês".

Malgrado este cenário do auge da regeneração burguesa, as dinâmicas da emergência do capitalismo monopolista e da industrialização intensiva colocavam em conflito cada vez maior os interesses burgueses no período de "estabilidade" política dentro do regime militar dos anos setenta. Os interesses privados e estatais oriundos desta nova ordem capitalista acelerada pela revolução modernizadora

colocavam em xeque a contrarrevolução. Em síntese, como é característico do capitalismo, seu desenvolvimento ou aceleração econômica numa determinada formação social acarreta a irrupção de contradições no interior da sociedade de classes, o terror das burguesias plutocráticas. É verdade que a ativação daquelas forças reprimidas era insuficiente para uma revolução socialista, mas impunha inexoravelmente transformações na sociedade dependente. É por isso que a distensão política do regime civil-militar passou a ser almejada pelas próprias classes dominantes.

Florestan Fernandes formulou que a tarefa burguesa naquele período de início de abertura política seria dupla, teria de criar modos novos de conectar organicamente os mecanismos de democracia de cooptação com o Estado autocrático burguês. Não se trataria de retomar uma suposta "democracia", algo que nunca teria existido, mas sim de reforçar a autocracia burguesa ampliando a cooptação "para baixo", criando novas formas de conexão com o restante da sociedade civil de maneira a camuflar o autoprivilegiamento, e estabelecendo claramente o alcance constitucional e legal do Estado autocrático. Para o sociólogo, as burguesias visavam retornar condições seguras para o prosseguimento da ordem competitiva de antes de 1964. Com a garantia do *status quo* burguês, elas já podiam pensar na transição do regime.

O sociólogo foi preciso ao formular que as classes dominantes teriam de encontrar novas formas coercitivas estatais e que o alastramento da democracia de cooptação implicaria o beneficimanento de outras classes que não só as altas e as médias. Assim, a possibilidade de mobilidade vertical social teria duas consequências: i) aumentaria o horizonte da consciência burguesa ao converter estas classes despossuídas em possuidoras gerando protestos de "dentro da ordem"; ii) geraria uma crescente organizada de pressões "contra a ordem", uma vez que estariam expostas as contradições da sociedade de classes<sup>7</sup>.

Segundo Fernandes (1975), a democracia de cooptação aberta nasceria débil, pois na perspectiva das classes tuteladas ofereceria muito pouco, enquanto que na ótica

---

<sup>7</sup> Esta bifurcação entre reforma e revolução será retomada mais a frente, pois será central para entender o ocorrido nos anos de governo do Partido dos Trabalhadores e, em linhas gerais, remete ao texto de Marx & Engels (1850) sobre os limites de alianças que um partido revolucionário pode fazer com partidos burgueses.

dos dominantes teria um preço muito elevado. Nos parece extremamente atual sua afirmação:

Acresce que a democracia de cooptação possui pouca eficácia e pouca "flexibilidade" em nações capitalistas pobres onde a extrema concentração da riqueza e do poder deixa um escasso excedente para dividir na compra de alianças ou de lealdades. Por isso, ela concorre para exarcebar as contradições intrínsecas ao regime de classes, levando-as a pontos explosivos de efervescência, que mais debilitam que fortalecem o Estado autocrático, compelido a funcionar sob extrema tensão permanente e autodestrutiva, de insuperável paz armada" (FERNANDES, 1975:424).

## 6 Perspectivas de uma democracia de massas

Pode-se afirmar que Coutinho (1979) tinha uma visão mais otimista para as perspectivas da democracia brasileira do que Florestan Fernandes. Mais precisamente, ele tinha mais esperança na tarefa que julgava competente às forças de esquerda no país: a luta pelo fim do regime de exceção implantado em 1964 e a implantação do socialismo. Sua obra é marcada pela forte conexão entre democracia e revolução e é fortemente influenciada pela busca de uma "terceira via" entre o socialismo stalinista e a social-democracia europeia, dado que o autor se exilara na Itália<sup>8</sup> na década de setenta.

O autor fez sua análise a partir de uma visão crítica da teoria política, a partir do arcabouço político e teórico gramsciano. Portanto, combinou a crítica da política ou das lutas no interior da superestrutura da sociedade de classes tendo como base, em última instância, a crítica da economia política determinada na luta econômica de classes<sup>9</sup>.

A interpretação de Carlos Nelson Coutinho da tradição política brasileira não difere substancialmente da de Florestan Fernandes, da de Sérgio Buarque de Holanda ou de Octávio Ianni. Para ele o Brasil é um país de tradição antidemocrática com a variável de "democracia restrita", sendo suas transformações orientadas de "cima para baixo". Foi assim com a instauração da República Velha, com Revolução de 1930 e com o Estado Novo. Em Coutinho (1979), a especificidade brasileira seria a de combinar o capitalismo de Estado com o latifundismo e as formas imperialistas de dominação e exploração econômicas. No país, minorias determinam o rumo, o sentido e a intensidade das mudanças sociais através do que o autor chamou de "via prussiana"<sup>10</sup>, exatamente este fato de a dominação política das classes dominantes

---

<sup>8</sup> No seu exílio na Itália, Carlos Nelson Coutinho sofreu influência do eurocomunismo de Enrico Berlinguer, com quem teve contato, e aprofundou sua análise de democratização como caminho para o comunismo.

<sup>9</sup> Como afirma Coutinho (2011), para Gramsci, a política tem na relação "governantes x governados" todas as determinações mais simples da teoria política, assim como, para Marx, as conexões mais elementares da economia política se encontravam na conexão entre "mercadoria e valor".

<sup>10</sup> Como afirmam Martins *et alli* (2014), a preocupação de Carlos Nelson Coutinho com a especificidade histórica e estrutural brasileira data de 1972, numa obra sobre Lima Barreto, o fez formular a análise sobre via prussiana brasileira de conciliação com o atraso e comandado "pelo alto" das classes dominantes brasileiras.

orientarem o ritmo, o sentido e a intensidade das transformações sociais brasileiras. A propósito, tal forma de ação seria comum também em outras formações sociais capitalistas.

A perspectiva gramsciana do autor, o fez afirmar no final da década de setenta, em movimento de crítica ao stalinismo soviético e à social-democracia burguesa, que a passagem para a democracia socialista seria algo provável e de transição longa, necessitando a criação de "pressupostos ideológicos, econômicos e políticos" para tal (Coutinho, 1979). Portanto a tarefa da esquerda se tratava de uma estratégia, e não de uma tática, de pôr fim às soluções prussianas dando resposta às insuficiências da revolução burguesa no Brasil<sup>11</sup>.

Sua explicação se baseia na circunstância de o sistema capitalista, que à época recém atingira a fase monopolista de Estado, trazer inexoravelmente na sua dinâmica os fundamentos da "suprassunção" da democracia liberal para a democracia socialista. A transição da democracia liberal para a socialista seria, portanto, a superação dialética da democracia liberal, tal qual elaborada pelos autores liberais do século XVIII, com a incorporação de elementos novos e a negação dos elementos incompatíveis com o novo momento histórico de emancipação humana, abertura possível graças à criação incipiente daqueles "pressupostos ideológicos, econômicos e políticos.

Segundo Coutinho (1979), a democracia liberal teria como conjunto de qualidades os princípios da soberania nacional, da representatividade, da pluralidade, do direito ao voto etc. Segundo sua crítica marxista, esta democracia - a liberal - é baseada no princípio da pluralidade dos indivíduos e tenderia ao falso "equilíbrio natural" de auto-regulação pelas forças de mercado. O poder executivo, segundo

---

<sup>11</sup> Neves (2016), em tese exegética sobre a obra de Carlos Nelson Coutinho, faz a diferenciação entre tática e estratégia tão utilizada na obra do autor baiano. Partindo da analogia já levantada por Gramsci entre política e guerra, ambas - tática e estratégia - têm como significado a ação racional visando a obtenção de um determinado objetivo final, portanto englobam a ideia de objetivo final e caminho para tal. Porém, o campo da tática se refere a ações que se tomam para lidar com situações de momento, é a teoria para lidar com os embates episódicos de classe. Já a estratégia seria uma ação planificada objetivando obter vantagens futuras ou interesses de classes ou frações de classe com respeito à dominação sobre o adversário sobre o qual se quer demarcar posição. Estes conceitos serão cruciais para explicar o que será uma estratégia democrática, algo tão caro ao PCB (Partido Comunista do Brasil) e ao PT (Partido dos Trabalhadores).

advogam os defensores da democracia liberal, seria guiado por uma burocracia estatal alheia ao controle público que, supostamente, harmonizaria a sociedade. Esta burocratização estatal, ao pretender equilibrar os interesses particularistas individuais, lograria somente homogeneizar os interesses do capital. Todavia, como para o marxismo não existe teoria política livre de axiologia ideológica, a democracia liberal camufla a dominação ou hegemonia de classe burguesa sobre a sociedade civil com este mecanismo de "burocracia harmonizante".

Já a democracia socialista, segundo Carlos Nelson Coutinho, seria fundada na participação e controle das massas e pela reversão da via prussiana de transformação social. Para ser atingida teria de ser construída por um processo de renovação democrática que acabasse com a alienação política - fruto do autoritarismo do regime de exceção - e com a tendência à burocratização estatal. Isto se daria pelo fortalecimento de tendências recém surgidas naquele contexto. A saber: o surgimento de novos mecanismos de democracia direta relativamente dissociados do Estado (comissões de empresa, sindicatos, associações religiosas, de bairro etc.) agregando numa unidade interesses plurais, principalmente da classe operária, de forma organizada de "baixo para cima", o que conformaria o "sujeito político coletivo"; também reforçaria as formas de democracia indireta (parlamento e cena político-partidária), de forma a constituírem uma síntese política dos sujeitos coletivos. Uma advertência é feita porém: estes mecanismos de democracia direta e indireta não poderiam resultar na burocratização proletária do Estado, pois a ideia era ter um autogoverno dos produtores associados com o fim da alienação política. O povo deveria ser visto como um conjunto e não governado por um grupo "acima da sociedade".

Para Coutinho (1979), tal processo de democratização em novas bases pressupõe a negação da falsa identidade entre "gênese e validade" da democracia. A explicação de "democracia como um valor universal de Carlos Nelson Coutinho advém do fato de o conceito de democracia, formalmente, não depender do momento e da sociedade de sua origem. As qualidades que o sistema democrático impõe na intensificação da vida política das massas seriam o que tornam a democracia "universal", valendo em distintas formações sociais como um princípio a ser atingido. Isto teoricamente, permitiria a possibilidade de suprassunção da democracia liberal em democracia socialista. Portanto, a democracia socialista

requer mais que socialização dos meios de produção, mas uma verdadeira socialização da política com a superação da antinomia entre governantes e governados, elemento fundante da política segundo Gramsci (Coutinho, 2011).

O ponto da análise propositiva de Coutinho que gerou muita polêmica foi sua crença de que as possibilidades de transformação da democracia a partir da distensão do regime civil-militar estariam, num primeiro momento, circunscritas aos limites da democracia liberal, pois o processo de renovação democrática seria lento e gradual. As raízes disso estariam no fato de a fonte da fraqueza democrática brasileira estar na tradição de soluções prussianas, a qual aliada à marca da antidemocracia, geraria uma barreira temporária para a renovação democrática que ficaria ainda por um certo tempo sob hegemonia de monopólios nacionais e internacionais<sup>12</sup>.

Tal análise da democracia brasileira, leva Coutinho ao seguinte diagnóstico de bifurcação para a abertura que se mostrava iminente:

Embora no quadro de uma busca permanente da máxima unidade possível, é certo que se alterarão - em função das tarefas concretas - a natureza e a amplitude das alianças visadas pelas forças populares. De modo esquemático, poderíamos dizer que as tarefas da renovação democrática desdobram-se em dois planos principais. Em primeiro lugar, lógica e cronologicamente, trata-se de primeiro conquistar e depois consolidar um regime de liberdades fundamentais, para o que se torna necessária uma unidade com todas as forças interessadas nessa conquista e nas permanências das "regras do jogo" a serem implantadas por uma Assembleia Constituinte dotada de legitimidade.

E, em segundo, trata-se de construir as alianças necessárias para aprofundar a democracia no sentido de uma democracia organizada de massas, com crescente participação popular; e a busca de unidade, nesse

---

<sup>12</sup> Esta proposição, como será visto, será fundante do programa democrático-popular e está relacionada à não superação da estratégia de revolução nacional-democrática do PCB.

nível terá como meta a conquista do consenso necessário para empreender medidas de caráter antimonopolista e anti-imperialista e, numa etapa posterior, para a construção em nosso País de uma sociedade socialista fundada na democracia política (COUTINHO, 1979: 45-46).

A primeira abertura, de busca de unidade das forças que buscavam o fim do regime de exceção, foi crucial para atingir o conjunto de liberdades citado para a garantia de um regime estabelecido pela Assembleia Constituinte após findado o regime civil-militar. Como afirma Neves (2016), na década de 1980 havia um compromisso sincero, independente de posição de classe, com a "democracia".

O segundo caminho, de construção de alianças que construiriam o rumo para a democracia de massas, é o que parece dispor como ponto de maior polêmica do texto. Se tanto para economia política crítica e para a teoria política crítica, com as quais o autor tanto se referencia, as contradições da sociedade capitalista estão postas nas irreconciliáveis lutas de classe, econômicas e políticas, a construção de alianças para orientar a democracia liberal para a democracia de massas seria uma tarefa cheia de dificuldades. Para Coutinho, a passagem pela agenda democrático-popular era uma necessidade para a chegada na "sociedade regulada" de Gramsci ou, simplesmente, na democracia socialista. Portanto, para o autor, a democracia é um processo (Neves, 2016). Em suma, se se usa conceitos de gramscianos, Carlos Nelson Coutinho no período da redemocratização priorizou a busca pela hegemonia política pela via da "guerra de posição" do que o reforço da estratégia socialista pela "guerra de movimento", Iasi (2017).

Um dos maus usos do conceito de "democracia como valor universal" foi a apropriação por setores da esquerda que se estavam movimentando para dentro da ordem burguesa. Assim, Coutinho propôs, posteriormente, a substituição do título de seu trabalho por "democratização como valor universal", a ideia é que a democracia ou a democratização são um caminho necessário a atingir o socialismo, pois as condições objetivas e subjetivas para emergência deste não estariam postas (Martins *et alli*, 2014).

A discussão das perspectivas sobre a democracia brasileira encontrariam materialidade no começo da década de oitenta com a criação do Partido dos Trabalhadores. A interpretação e o uso que tal partido faz desta categoria é significativa para sua ação como partido de organização política dos trabalhadores e para se entender os limites que se colocaram ao partido como instrumento de transformação social emancipatório da classe trabalhadora.

## **7 Conclusão: democracia como instrumento de acomodação à ordem burguesa**

Iasi (2013) e Neves (2016) fazem uma importante recapitulação de como a democracia foi o centro de orientações equivocadas, segundo o marxismo, para a obtenção de um autogoverno dos produtores associados. Antes de expor a maneira como o PT lidou com a abertura política, eles citam as semelhanças do uso programático, pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), da democracia burguesa como "campo privilegiado de luta em direção ao socialismo".

Segundo Iasi (2013), a utilização, por parte do PCB, das orientações do VI Congresso da III Internacional comunista em 1928 teria uma influência problemática e de "gravíssimas consequências políticas" para os rumos do programa nacional-democrático. Conforme Neves (2016), as orientações da Internacional Comunista se consolidariam com a estratégia nacional-democrática vigentes no Brasil desde 1935. Seu conteúdo está explícito na Declaração de Março de 1958 do PCB.

A ideia era a seguinte: havia, segundo orientações daquele Congresso, a ideia da necessidade de uma longa passagem ou etapa de transição entre o desenvolvimento capitalista dependente, de colônias e semi-colônias, em direção ao capitalismo avançado para, então, existirem condições objetivas e subjetivas rumo a transição ao socialismo. A imposição da necessidade de florescimento de condições mínimas de transição num futuro não bem definido foi o mote da intervenção da Internacional nos partidos comunistas de todo o mundo.

Como país enquadrado no perfil de capitalismo dependente, a revolução nacional-democrática do PCB se pautaria pela intensificação da democracia burguesa a fim de superar os resquícios feudais ou semif feudais que, segundo a Internacional, subsistiam aqui para só quando consolidada esta levantar a bandeira de uma revolução do tipo socialista. O principal proponente das teses do PCB foi Nelson Werneck Sodré que recebeu duras críticas de Caio Prado Júnior sobre o caráter dependente da orienta o comercial do capitalismo brasileiro. Para ambas interpreta es, como para outros teóricos da revolu o nacional-democrática, a forma o da Na o era algo imprescindível para o desenvolvimento.

Conforme apontam Iasi (2013) e Neves (2016), as teses do PCB mostravam o caminho da revolução nacional-democrática como democrático-burguesa, anti-imperialista, antimonopolista e antilatifundiária a fim de eliminar resquícios disfuncionais ao capitalismo e, logo, a transição ao socialismo. Ao dar esta orientação de necessidade de concretização da revolução burguesa, o PCB imaginava que se "acumulariam as forças" necessárias para que estivessem postas as condições para a transição socialista. Daí a importância de uma burguesia nacional, supostamente com interesses anti-imperialistas, anti-feudais e nacionais. Assim, a tarefa do proletariado na revolução nacional-democrática seria, em última instância, lutar pelo desenvolvimento capitalista no Brasil. Só depois, num futuro não vislumbrável, poderia pôr em marcha a mudança socialista.

Segundo Neves (2016), desta interpretação do PCB advinham duas situações problemáticas: i) a falta de percepção da especificidade das formações sociais dependentes, que tendem a reproduzir a dependência externa e segregação social interna indefinidamente, levava a uma caracterização algo progressista e positiva do capitalismo como modernizador; ii) o acúmulo de forças necessárias ao câmbio socialista deveria vir do reforçamento do capitalismo. Estes pontos problemáticos ajudam a explicar, de acordo com Schwarz (1970), a lentidão e a letargia dos setores de esquerda no interior do PCB quando do golpe de 1964. Eles tinham certa esperança que o aparato civil-militar poderia promover esta eliminação dos entraves ao capitalismo que levaria à revolução socialista. Um erro de interpretação de proporções gigantescas que se traduziu em conciliação com os setores burgueses e dominantes da sociedade.

Esta digressão sobre a orientação dada pelo PCB à revolução nacional-democrática é importante para diferenciá-la do papel do PT. Este partido foi fundado em 1980 com a retomada da luta sindical e operária no período em que as teses de Florentan Fernandes e de Carlos Nelson Coutinho sobre o fracasso da revolução nacional-democrática e sobre os rumos da democracia brasileira estavam na ordem do dia. Vale lembrar que ambos autores participaram do movimento intitulado de "Nova Esquerda" de crítica aos limites do PCB e foram intelectuais ativos na criação do PT e das formulações do programa democrático-popular, sendo ambos duros críticos de algumas posições do novo partido.

Como explorado por Iasi (2013), o PT surgiu tentando se diferenciar do PCB negando sua estratégia revolucionária e tentando estabelecer uma linha programática própria. Já no seu V Encontro Nacional em 1987, os dirigentes do PT deixaram claro que, nas suas formulações, descartariam o caráter nacional, indicando que a aliança com a burguesia brasileira seria espúria na medida em que em nada contribuiria para o atingimento da meta final do partido: a introdução do socialismo.

Em Iasi (2012), fica claro como as proposições iniciais do PT eram superficiais. Em 1986, no seu IV Encontro, os participantes do partido tinham delineado sua visão sobre a meta socialista. Porém, conforme lembra Neves (2016), tal meta também existia no PCB e, até mesmo, na proposta da social-democracia europeia (pelo menos até 1959). Outro aspecto desta superficialidade é a existência de uma diagnóstico da necessidade do acúmulo de forças (a expressão é a mesma usada pelo PCB) para atrair e não afastar pequenos setores médios, a pequena burguesia urbana e rural. Portanto, a estratégia do PT estava desde o seu surgimento embrenhada de permanências com a estratégia do PCB, dentre as quais a mais explícita é justamente a teoria da etapa nacional e democrática com acúmulo de forças com outras classes para realizar a "transição para a transição".

Neves (2016: 484) portanto chega a formular:

O que importa aqui, é que o pressuposto é o mesmo, e inscreve-se num marco fundamental que, uma vez atravessado - tão cedo como 1986 - permitiu que o PT viesse a reproduzir, ao longo de todo o desenvolvimento posterior de sua estratégia para a revolução brasileira, o mesmo elemento fundamental a informar o limite da estratégia do PCB e, com ele, sua dificuldade de servir de fato como base teórica para uma armação política coerente com a transição socialista: *esse pressuposto é a necessidade de se desenvolver o capitalismo para que se pudesse transitar ao socialismo.*

A estratégia democrático-popular levou o PT cada vez mais perto dos setores burgueses da sociedade em prol do acúmulo de forças necessário, segundo sua formulação de 1986, para a transição ao socialismo. Acontece que o quadro de classe mobilizada e em avanço nos anos pós ditadura encetou as possibilidades de ganhar

espaços e posições no interior executivo do Estado burguês. Todavia, esta tomada de posições nunca engendrou, segundo o núcleo administrativo do partido, o início às transformações socialistas estabelecidas como meta final na formulação inicial do PT. Igual aos anos de PCB e de sua revolução nacional-democrática, as condições para a mudança foram sempre consideradas insuficientes pelo PT. Longe de estarem amadurecidas, era sempre necessário a intensificação na "guerra de posição" no interior do Estado burguês. Porém é necessário frisar que o contexto de atuação do PT é radicalmente distinto do PCB.

Assim que possível, o partido viu a necessidade de governar e isto, no Estado e sociedade burgueses, só foi possível para um partido como o PT com alianças. Então o "presidencialismo de coalizão" passou a ser defendido em prol da governabilidade em si mesma e não tendo o objetivo final como horizonte de chegada. A estratégia de ação do PT, portanto, foi de atingir novas formas de manter o *status quo* sem abrir mão do programa originário, mas sem perspectiva nenhuma de cumpri-lo. Ironicamente a cooptação foi exercida em sua forma plena, com a "abertura para baixo" por um partido de base social trabalhadora que sofreu o que Gramsci chamaria de transformismo: um processo de absorção gradual e contínua dos setores aliados e inimigos, aparentemente irreconciliáveis, por meio de variadas técnicas. Nos governos de Sarney, Collor e FHC isto não fora possível, pois não tinham o mesmo apelo popular que Lula obteria junto às massas. Ao assumir a linha de menor resistência de conciliação e apassivamento da luta de classes e rendição total aos princípios neoliberais do Plano Real, o PT se tornou o que Sampaio Jr. (2017) chamou de o partido da esquerda da ordem, reproduzindo a dependência e o subdesenvolvimento típicos do capitalismo dependente.

Iasi (2013: 33) nos remete a Florestan Fernandes quando afirma precisamente:

A situação real de governo apenas aprofunda a contradição. As alianças necessárias para ganhar não são suficientes para governar e se ampliam para além do centro, para a direita do espectro político. Segue-se nova moderação programática e finalmente a rendição ao pragmatismo.

As alianças e programa se mostram, dessa forma, secundários em relação ao acúmulo de forças. A mediação democrática é mais essencial que seu caráter popular. Não por acaso, nas formulações o termo forte passa a ser

"uma revolução democrática", caindo para segundo plano o qualificativo popular.

Há alguma proximidade da estratégia democrática-popular do PT com a estratégia nacional-democrática do PCB pelo fato de ambas perceberem insuficiências no capitalismo brasileiro, em sua infraestrutura e superestrutura, que fazem com que seja necessária a intensificação da democracia burguesa para qualquer pretensão de câmbio socialista. Entretanto é necessário ressaltar suas diferenças, o PCB nunca chegou ao poder e, portanto, tampouco esteve tão umbilicalmente relacionado com alianças tão espúrias como esteve o PT.

A cooptação se baseia no pacto e aliança de classes e frações de classe, uma verdadeira "revolução das técnicas da contrarrevolução" (FERNANDES, 1981b: 10). A estratégia do PT nada mais foi do que se acomodar aos marcos da democracia burguesa cooptando os setores médios e altos, o que garantiu os patamares de acumulação de capitais, enquanto a crise mundial não se fazia sentir tão intensamente por aqui dado o "efeito China", e enquanto a domesticação das classes tuteladas com emprego, com consumo de massas e com programas assistenciais focalizadas de massa pôde vigorar. Conforme alertou Grasmci (1934), o consenso vem da fábrica, do cotidiano das relações de trabalho dos trabalhadores e da racionalização do processo produtivo e da consciência social, necessitando de poucos intermediários profissionais e ideológicos para atuar como ator do apassivamento da luta de classes conjuntamente com a força que neutraliza os sindicatos e outras formas de organização dos trabalhadores. Os mecanismos para a "democracia de cooptação com abertura para baixo" de que alertara Florestan Fernandes foram postos em prática de forma a reproduzir a tutela dos dominantes sobre os dominados com o reforço do Estado autocrático burguês, casando as duas perspectivas colocadas pelo sociólogo.

O reforço da autocracia burguesa também parece ter sido um acerto do sociólogo brasileiro, pelo menos no período de governo do PT. E como previra o sociólogo em citação referida acima, a democracia de cooptação instaurou a instabilidade neste Estado, numa "tensão permanente e autodestrutiva de silenciosa paz armada". Vale lembrar que em "O que é Revolução?" (Fernandes, 1981b) já alertava sobre os riscos

do oportunismo e do populismo da "social-democratização" dos partidos que se propõem a mudar a ordem.

O PT optou por um longo processo de conciliação de classes, mas que chegou a um ponto de saturação quando se pensa nas possibilidades de o PT estreitar laços novamente com sua base social trabalhadora devido ao desgaste de seu processo de transformismo, conforme hipótese de Antunes (2017). Segundo Iasi (2016), o contexto atual de governo de Michel Temer é de rumo a uma nova ditadura. Porém não naquela forma civil-militar da contrarrevolução preventiva com Estado de exceção repressor, senão um novo tipo cercado de legalidade jurídica e com a aparência de possibilidades de alternância política como se o Estado de Direito estivesse preservado, mas que na verdade torna o Estado de exceção uma regra. As formas institucionalizadas de democracia teriam entrado em confronto com os interesses da classe dominante dando forma a um novo tipo de ditadura que sintetiza a totalidade entre coerção e consenso, mas que como em todas as ditaduras repousam sob as modernas relações sociais de produção capitalista em graus distinto de desenvolvimento.

Segundo o autor, o momento de crise não é único ao Brasil, está no centro capitalista e na sua periferia se traduzindo em barbárie, negando a possibilidade dos meios de consenso atuarem efetivamente. A relação entre forma de Estado e conteúdo de Estado se torna obscura no regime burguês, encobrindo graus distintos de autoritarismo, de representatividade e de violência. Para ele o Estado se baseia na criação e superação de equilíbrios instáveis sem, entretanto, poder esconder sua substância de classe.

Iasi (2016) levanta um ponto interessante quando afirma que a derrota do PT, com o golpe de 2015-2016, representa uma instabilidade nova na ordem. Não por contestações "de fora da ordem", mas sim por ter intestinamente uma convulsão de interesses díspares disputando o núcleo da dominação burguesa. Segundo Mauro Iasi, as burguesias não estão num momento de consenso burguês de solidariedade de classes e isto ainda gerará instabilidades impresíveis na política, economia e sociedade brasileiras. Esta mesma hipótese é defendida em Pinto *et alli* (2017) ao afirmarem que a atual crise de acumulação e de poder burguesas está se manifestando numa espécie de guerra fratricida pelas frações de classe burguesas

no interior do Estado. Isto é, porém, um ponto de diferença em relação à interpretação de Sampaio Jr. (2017), para quem o conflito fratricida burguês é normal ao regime capitalista, mas condicionado por um padrão de dominação concertado e conformado a ser pouco suscetível à mudança.

Embora haja certa divergência entre, de um lado, Iasi (2016) e Pinto *et alli* (2017) e, de outro Sampaio Jr. (2017) de outro, sobre se as burguesias brasileiras atuam de forma monolítica ou não no momento atual de crise, há convergência sobre o caráter burguês do Estado e na caracterização das burguesias brasileiras serem fundamentalmente burguesias dos negócios, conformando uma grande feitoria moderna marcada por instabilidade política, econômica e social.

Uma conclusão é que a democracia de cooptação chegou ao ponto de saturação nas "jornadas de 2013". A confusa relação entre o público e o privado trouxe a corrupção, mais uma vez, ao debate de democracia no Brasil. O hábil controle que a mídia e o Estado executam sobre as manifestações como se fossem partidárias e "sem bandeira" mostra como a manutenção da ordem é o que une as classes dominantes. A greve, em todo o país, no dia 28 de Abril de 2017 foi um ponto de inflexão para a instabilidade do governo Temer, porém as cúpulas do Estado (nas sociedades civil e política) trataram de assumir uma postura de controle desta instabilidade principalmente por meio da delação premiada de Joesley Batista, a fim de esvaziar o poder dos movimentos populares. Atualmente, o uso do aparato judiciário-legal é o instrumento de ordem do Estado e sujeito do capital correspondente ao que foi a tecnocracia militar do regime de 1964.

Como fenômeno superficial que esconde o substrato de luta de classes da sociedade burguesa, a forma política desta democracia varia entre a cooptação e o esmagamento das classes trabalhadoras. O que se pode afirmar com o efetivo fim da "Nova República" é que, apesar de autoritária, a nova forma política e as bases que emergirão para o Estado brasileiro ainda são amorfas. Se não forem superados os dilemas da segregação social interna e dependência externa que reproduzem o subdesenvolvimento, a democracia brasileira continuará alienando a maioria da população das esferas decisórias da política, da economia e da cultura, pois o capital mesmo em momentos de crises sérias encontra novas formas para exercer seu poder de dominação. Parafraseando Giuseppe di Lampedusa em *Il Gattopardo* de 1958:

"tudo deve mudar para que tudo fique como está". Se esta nova forma política que está por emergir seguir plutocrática, ainda não se poderá falar de democracia de massa ou plena participação popular em todas esferas de sociabilidade humana no Brasil, mas somente em democracia para "os mais iguais": a tradição brasileira.

## Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *Nossas classes dominantes sempre oscilaram entre a conciliação e o golpe*. Entrevista ao sítio Esquerda Diário. Disponível em <http://esquerdadiario.com.br/ideiasdeesquerda/?p=126>. Acessado em 16/06/2017, 2017.

AYERS, Alison & SAAD-FILHO, Alfredo. "Democracy against neoliberalism: paradoxes, limitations, transcendence". *Critical Sociology*. V.41. pp.581-596, 2015.

BANDEIRA, Monis *et alli*. *O ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988 [2000].

BOULOS, Guilherme. *Ofensiva conservadora, condusão estratégica: o duplo desafio da esquerda brasileira*. Entrevista ao sítio *Le monde diplomatique Brasil*. 2017. Disponível em: <http://diplomatique.org.br/o-duplo-desafio-da-esquerda-brasileira/>. Acessado em janeiro de 2017, 2017.

COUTINHO, Carlos. "A democracia como valor universal: notas sobre a questão democrática no Brasil". Rio de Janeiro: Revista Encontros com a civilização brasileira. n.9. pp.33-47, 1979.

\_\_\_\_\_. *De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política*. São Paulo: Boitempo editorial, 2011.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968 [1981a].

\_\_\_\_\_. *A revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação Sociológica*. São Paulo: Editora Globo, 1975 [2011].

\_\_\_\_\_. *O que é revolução?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1981b.

\_\_\_\_\_. *Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo hoje*. São Paulo: Editora Globo, 1984.

FILHO, Niemeyer & PAULANI, Leda. "Regulação social e acumulação por espoliação - reflexão sobre a essencialidade das teses da financeirização e da natureza do Estado na caracterização do capitalismo contemporâneo". Campinas: *Economia e sociedade*. V.20. pp.243-272, 2011.

FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Cartas do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v.3 e v.4, 1934 [2011].

HEINRICH, Michael. "Marx's State theory after 'Grundrisse' and 'Capital'". Atenas. (no prelo), 2007.

HOBBSBAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1936 [1995].

IANNI, Octávio. "As raízes da anti-democracia na América Latina". *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. São Paulo: Lua Nova, n. 14, pp.17-22, 1988.

IASI, Mauro. *As metamorfoses da consciência de classe*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

\_\_\_\_\_. "O PT e a revolução burguesa no Brasil". Marília: Editora Unesp. (no prelo), 2013.

\_\_\_\_\_. O caminho da ditadura. Texto publicado no *blog* da Boitempo. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/11/24/o-caminho-da-ditadura/>. Acessado em 08/12/2016, 2016.

\_\_\_\_\_. *Política, Estado e Ideologia na trama atual*. Sao Paulo: Instituto Caio Prado Júnior, 2017.

JINKINGS Ivana *et alli* (organizadores). Por que gritamos golpe? São Paulo: Boitempo editorial. 2016.

MALTA, M. "Liberdade e democracia: agenda socialista ou liberal?" In: IV Conferencia Internacional "La obra de Carlos Marx y los desafíos del siglo XXI. Cuba.

Disponível em:  
[https://www.nodo50.org/cubasigloXXI/congreso08/conf4\\_mellom.pdf](https://www.nodo50.org/cubasigloXXI/congreso08/conf4_mellom.pdf), 2008.

MARTINS, Caio *et alli*. "A "estratégica democrática e popular" e um inventário da esquerda revolucionária". Rio de Janeiro: *Marx e o marxismo*. v. 2. n.3. pp.382-403, 2014.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo editorial, 1852 [2011].

\_\_\_\_\_. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo editorial, 1875 [2012].

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo editorial, 1846 [2007].

\_\_\_\_\_. "Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas". Texto disponível em:  
<https://www.marxists.org/portugues/marx/1850/03/mensagem-liga.htm>.

Acessado em 16/06/2017, 1850.

MÉZSÁROS, István. *Para além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

NETTO, José Paulo. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

NEVES, Victor. *Democracia e revolução: um estudo do pensamento político de Carlos Nelson Coutinho*. Tese de doutorado em Serviço Social — Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

PINTO, Eduardo *et alli*. "A guerra de todos contra todos: a crise brasileira". Texto para discussão 006/2017. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ. Grupo de Análise Marxista Aplicada, 2017.

POULANTZAS, Nico. *O Estado, o poder, o socialismo*. Riode Janeiro: Graal, 1978.

PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966 [2004].

SAAD-FILHO, Alfredo. "Crise no neoliberalismo ou crise do neoliberalismo?" Uberlândia: *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*. v.1. n.3. Edição especial - Dossiê: A crise atual do capitalismo, 2011.

SAMPAIO JR., Plínio. *Entre a nação bárbarie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan e Celso Furtado*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. *Crônicas de uma crise anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma*. São Paulo: SG-Amarante, 2017.

SAWAYA, Rubens. Dependência e subordinação: capital transnacional nas estruturas do Estado. Trabalho apresentado no XXI Encontro Nacional de Economia Política. São Bernardo do Campo, 2016.

SCHWARZ, Roberto. *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1970 [2008].

SINGER, André. "Cutucando a onça com vara curta". São Paulo. *Novos Estudos*. CEBRAP. n.102, 2015.